

RAÇA

Desirê Bello Neves

RACE (eng)

O termo raça (em: “race”) – sem o cunho de classificação humana – é de origem nebulosa, com alguns estudiosos apontando como origem a palavra latina “radiz” (raiz ou tronco), ao passo que outros entendem que vem da palavra italiana “razza”, significando linhagem ou criação. Aparece pela primeira vez no dicionário português e latino entre 1712 e 1728, definindo raça como casta.

No Dicionário da Língua Portuguesa de 1789, o conceito aparece associado a animais (raça de animais), sendo traduzido também como equivalente a casta. A discussão sobre o termo raça remete ao século XV, quando através das grandes navegações e com a descoberta de novos povos começaram a se pensar sobre as “diferenças” observadas entre as civilizações descobertas e os descobridores. Muitas vezes, estes homens eram descritos como estranhos pelos olhos dos descobridores, devido a sua forma de vida não ser semelhante ao seu modelo de vida. Vê-se aqui um uso etnocêntrico, uma noção de raça como forma de divisão de classes de diferentes hierarquias.

A partir do século XVIII começam a surgir teorias explicativas para tal singularidade dessas populações, principalmente ameríndias. Rousseau utilizou o conceito de perfectibilidade para explicar sua visão humanista de que a humanidade é capaz de se superar sempre, sendo esta capacidade inerente ao homem. Rousseau (1775), citado por Schwarcz (2005), ainda expunha um conceito de progresso às avessas. Os legados da Revolução francesa contribuíram para os estudos sobre raças estabelecendo as bases filosóficas para o pensamento de uma sociedade baseada no conceito de totalidade, onde liberdade e igualdade são direitos naturais do homem.

A partir da metade do século XVIII, com um maior conhecimento dos povos através de sua colonização, passa-se de uma visão de inocência para maldade do selvagem, onde a inferioridade física é dependente da debilidade natural das espécies, estando todos condenados a uma decadência e corrupção. Georges-Louis Leclerc, o conde de Buffon (1834) citado por Schwarcz (2005), contribui com a discussão, através do conceito que chamou de infantilidade do continente. O naturalista contrapunha suas ideias com o pensamento de Rousseau dizendo haver no continente uma carência, “uma debilidade natural da terra”. Suas concepções eram extremamente baseadas em ideias etnocêntricas. De Pauw (1768), citado por Schwarcz (2005), com a noção de “degeneração”, expunha que as espécies do continente eram degeneradas por sua inferioridade devido as baixas complexidades na conformação orgânica, descrevendo um “desvio patológico do tipo original”. Acreditava o autor, que os americanos eram espécies decaídas e imaturas. Seus escritos eram definidos como antiamericanos afirmando que a “natureza do Novo Mundo, débil por estar corrompida, inferior por estar degenerada” (DE PAUW, 1768 apud SCHWARCZ, 2005, p. 37). O monogenismo é uma teoria que surgiu no século XIX partindo do pressuposto de que conforme escrito na bíblia, a humanidade é una.

A partir disso, todos os homens nasceram de um produto comum, e suas diferenças são explicadas a partir do conceito de degeneração e perfeição. A sociedade é “gradiente” e as diferenças variam de acordo com o grau de degeneração; quanto mais longe do Éden mais próximo está da degeneração, e quanto mais próximo ao Éden mais perfeito o homem é. Poligenismo considera a existência de vários centros de formação, o que explicaria a existência de diversos homens, permitiu através da biologia uma análise comportamental

humana, levando ao surgimento da craniologia e antropometria que considerava a proporção do cérebro como justificativa para as diferenças entre os povos.

Paul Broca (1864), citado por Schwarcz (2005) defendia a ideia de que as diversidades humanas observáveis eram fruto das diferenças entre as raças, sua base de análise era o crânio, a partir dele podia-se comprovar a inferioridade de certos povos. Posteriormente “A Origem das Espécies” de Charles Darwin em 1859 revolucionou os estudos sobre raça. Na obra do autor são encontrados conceitos como, competição, seleção mais forte, evolução e hereditariedade. Com base nesta obra, se passou a justificar os modelos imperialistas utilizados na época, se colocando sobre a noção de seleção natural para seu domínio sobre os povos colonizados.

Por meio das teorias Darwinistas surgiram diversas teorias sobre a diferença cultural, como por exemplo, a condenação da miscigenação como uma forma de degenerar as espécies onde o progresso estaria disposto apenas para as raças puras. Darwinismo social considerava a miscigenação como um erro. A teoria serviu para agregar ao conceito das raças puras, como a raça ariana, deixando entendido que a miscigenação era uma degeneração social ou racial. O princípio da eugenia se originou das concepções formuladas pelo darwinismo social. O termo surgiu em 1883 pelo cientista Francis Galton, que versava sobre a capacidade humana ser determinada pela hereditariedade e não pela educação. Com o surgimento da antropologia cultural os estudos das espécies tomam outro foco de análise, a cultura.

De acordo com os antropólogos sociais, as culturas são frutos da organização econômica e social do espaço no qual os indivíduos estão inseridos. Através de estágios que vão do mais simples ao complexo, as sociedades se desenvolviam e deviam passar pelo mesmo, visto que todos os estágios eram obrigatórios. Os representantes do determinismo geográfico, apontavam para a concepção de que as diferenças entre indivíduos estavam pautadas no meio em que vivem.

Há a definição raça também em outros sentidos da divisão tradicional e autoritária dos grupos humanos de acordo com caracteres físicos hereditários. Racismo se referiria a um conjunto de teorias e crenças que criam hierarquia entre as raças, xenofobia. Existem três grandes raças, branca, negra e amarela, negros e amarelos e miscigenados são inferiores por serem incivilizáveis e não acompanharem o progresso a humanidade. No Brasil o termo raça surge com maior fervor a partir do contexto da abolição da escravidão em 1888, quando a elite branca tenta se reafirmar e as teorias racistas da Europa trazem um adendo. O termo raça no Brasil é entendido a partir do ponto de vista elitista, onde a composição social se tornou uma forma de catalogar os desvios, quanto mais negro, a posição será mais baixa. A partir de 1920 novas narrativas surgem na América Latina, principalmente como críticas ao racismo existente no pensamento ocidental. Vasconcelos (s.d., apud SANSONE; FURTADO, 2014) escreve sobre raça cósmica, se referindo ao surgir de uma nova e mais saudável raça mestiça.

Em 1945, a Declaração de não-existência de raças da Unesco sugeriu a utilização dos termos etnia e etnicidade. A declaração trouxe o fim do uso do termo raça entre cientistas, dando destaque as diferenças étnico-culturais em detrimento das fenotípicas. O avanço da genética mostra que o fenótipo é um indicador muito fraco de diferença genotípica; ademais o mundo em crescentes fluxos, onde as populações estão sujeitas a mais mobilidade que nunca, é também um mundo de migrações genéticas. Hoje os grupos populacionais são menos homogêneos que antes (SANSONE; FURTADO, 2014).

Em países de colonização portuguesa manifesta-se com maior rigor a versão católico-latina do racismo, onde a fisionomia, que acreditava possível ler o caráter nas expressões faciais; o atavismo, pelo qual o comportamento desviante seria congênito em certos indivíduos ou grupos; e a preocupação com os efeitos positivos ou negativos da “mistura de raças” tiveram um papel determinante (SANSONE; FURTADO, 2014). Gylberto Freire (1940), citado por

Sansone e Furtado (2014), traz a contribuição do luso-tropicalismo como forma de expor que na hierarquia e relação racial nos países de colonização portuguesa existem traços comuns.

Assuntos relacionados: Etnia; Grupo Étnico; Espécie; Racismo;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves. **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa** / prefácio, Lilia Moritz Schwartz; apresentação [feita pelos organizadores], com a colaboração de Teresa Cruz e Silva. Salvador: eDUFBA, 2014.

KEULLER, Adriana Tavares do Amral Martis. **Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: Cientistas, objetos, idéias e instrumentos (1876-1939)**, Série produção acadêmica premiada, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instruções e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo, seguido de sete ensaios sobre Rousseau**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.